

- XXXVII -**MUSEUS COMUNITÁRIOS E O LUGAR DA EDUCAÇÃO POPULAR****Flávia Paloma Cabral Borba**

UFPB/Brasil

palomacborba@gmail.com**Mariana Lins de Oliveira**

UFPB/Brasil

mariloliveiras@gmail.com

O estudo em tela apresenta reflexões introdutórias sobre a educação popular na atual configuração trazida pela sociomuseologia, da relação de preservação e vivências dos saberes populares territorializados, a partir do formato dos chamados museus comunitários. O objetivo propõe uma discussão sobre possíveis experiências formativas constituídas a partir das próprias referências culturais e experimentações comunitárias em que os processos da educação popular mediam ações orgânicas entre as pessoas, suas referências culturais e o espaço.

Sobre a sociomuseologia, esta representa o debate da função social do museu e o seu caráter pedagógico potencializado pelos processos de ensino-aprendizagem em ambientes não formais de educação. Em termos conceituais, indica a intervenção no patrimônio cultural e/ou ambiental pelos seus detentores, os sujeitos, articulados enquanto agentes de transformação da comunidade em que o museu está inserido (MOUTINHO, 2009). Significa partir da condicionalidade dos museus comunitários aos seus territórios e as pessoas que o constituem e, com eles, estabelecer uma mútua relação de desenvolvimento tanto em termos sociais e culturais quanto em termos políticos e econômicos. Em síntese, abre espaço para atuação das pessoas e seus símbolos culturais, rompendo com a institucionalização da cultura e apresentando formas dinâmicas de se relacionar com os objetos e expressões culturais que integram o cotidiano como prática social, sustentada por estratégias inventivas que refletem, inclusive, na forma de atuar na vida social e política de um território.

Nesse contexto, a noção de território particularmente dialogada com a educação popular aparece na atuação dos museus comunitários enquanto relações construídas na dialética da comunidade e das disputas características dos campos, definido por Bourdieu (2004) como campo de forças em que se constitui a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes. Implica dizer que tal relação não se define isenta de contradições e espaços de tensão. Ou seja, é pensada a partir da complexa relação dialética de constituição dos sujeitos e de sua cultura repleta de tensionamentos que, em última instância, se revela como construtores das identidades e histórias destes grupos sociais (TAYLOR, 1994).

Dessa forma, o entendimento sobre os lugares de memória considera dialeticamente as constituições sociais contemporâneas. Daí a relação própria com a educação popular que transversaliza a condição de existência de um museu comunitário, estabelecendo um relacionamento dialógico de percepção de seus detentores enquanto “agentes educadores, indutores de sociabilidade” (VELOSO, 2003, p.118). Nesse aspecto, chamamos a atenção para as estratégias educativas que interagem com a constituição das identidades e das resistências executados na ação comunitária com base em suas próprias narrativas.

Como observam Bauman (2005) e Taylor (1994), a construção das identidades sociais é uma relação complexa entre aquilo que se é e o outro, que nos pressiona para (re)definir aquilo que compreendemos de nós mesmos. Taylor (1994) chama atenção, contudo, para um processo de falso reconhecimento, quando o outro (naquilo que Paulo Freire dialeticamente designa como uma relação entre opressor e oprimido) não reconhece suas qualidades, distorcendo-as em um processo de opressão da identidade do outro. Nesse aspecto, as configurações identitárias passam por um processo de luta e resistência. Ora, se o outro (a figura do opressor) não me reconhece da forma como me percebo (em relação dialética com o mundo), cabe a mim instituir lutas legítimas para que minhas identidades sejam reconhecidas. Nesse espaço de tensão social, a construção da identidade de um grupo, de uma comunidade, passa a ser um ato político, imerso nas tensões de sociedades não apenas economicamente injustas, mas simbolicamente desiguais. O símbolo e a sua importância passa a ter um “status” ligado às classes e/ou grupos sociais dominantes, que se impõem frente às camadas populares. A resistência significa, portanto, uma atuação política, simbólica e educativa. Tal direcionamento traz também como referência o próprio conceito de cultura popular, compreendido como uma ação constante, carregada de tradições, mas, também, de fluidez. Daí, por indução, se associa ao conceito da educação popular no “profundo sentido dialético entre cultura popular e libertação humana” (BRANDÃO & FAGUNDES, 2016, p. 93).

Assim, destacamos como questão de estudo o potencial dos museus comunitários para o desenvolvimento social e para a afirmação de identidades locais diretamente relacionados à atuação das pessoas e suas memórias coletivas, com destaque para seu caráter popular, formativo, inclusivo e político. Ou seja, da construção de “identidades de resistências”, como conceitua Castells (2008) quando se refere à preservação de composições identitárias perpetuadas por grupos populares marginalizados pela lógica da dominação.

Nessa mesma linha, Axel Honneth (2003) chamará de “lutas por reconhecimento” o complexo jogo de construção e preservação das identidades, constituídas em formas de experimentações comunitárias que se desenham a partir do enraizamento de práticas museais em territórios periféricos, questionando-se o sentido do enraizamento das ações do museu com as comunidades, tentando perceber se há relação/apropriação entre os sujeitos, as ações e o lugar. Nesse aspecto, é importante compreender

os sentidos atribuídos pelos atores sociais às suas ações, de modo a analisar tal enraizamento a partir dos elementos sociais que o define e que, ao mesmo tempo, é novamente significado por ele. Nos termos utilizados por Brandão & Fagundes (2016), a pesquisa em tela aposta na possibilidade de captar a vocação político transformadora dos museus comunitários enquanto fomentadores da transição de “sujeito econômico para sujeito político” tendo como referência as significações dos símbolos e linguagens culturais que partem de sua própria construção histórica e do conjunto constituído pelas vivências comunitárias.

Destacando alguns dos resultados obtidos nesse estudo, percebemos a educação popular como elemento constituinte da atuação dos museus orientados pela sociomuseologia. Em outros termos, as referências teóricas apresentadas nos dão condições de indicar os museus comunitários como espaços fecundos de práticas reflexivas mediadas pela educação popular em que privilegia processos educacionais baseados nas potencialidades das pessoas enquanto sujeitos historicamente localizados. Concluímos que a inter-relação entre a educação popular e a sociomuseologia, como campos científicos que se interseccionam principalmente no desenho de atuação proposto pelos museus comunitários, se estruturam, sobretudo, a partir do lugar de fala dos sujeitos. Esse formato se materializa enquanto atitude política, em que o exercício da palavra (enquanto símbolo de poder) e as formações identitárias (enquanto processos dinâmicos de luta e reconhecimento) partem daquilo que é construído pelos próprios sujeitos, detentores de seu patrimônio cultural. Concluímos também que o estudo aqui apresentado pode contribuir com um campo analítico ainda pouco revelado quando associado à educação popular, especialmente no desenvolvimento de um tipo de pesquisa relacionada à área. Assim, percebemos que a chave metodológica para dar continuidade a essa discussão é, justamente, a investigação empírica dos elementos conceituais que os referencia, intentando estruturar o desenho e a compreensão dos sentidos atribuídos pelos atores sociais às suas ações.

Referências

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Zygmunt Bauman. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

BRANDÃO, C.R; FAGUNDES, M.C.V. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freiriana para um sistema de educação. In: **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 89-106, jul/set. 2016.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

TAYLOR, C. et al. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

MOUTINHO, M. C. Sobre o conceito de museologia social. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 1, p. 7-9, mai. 1993.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

VELOSO, M. O museu como espaço público. In: SANTOS, A. C. M. et al.(org.). **Museus & cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.